

O que o Brasil ganha com a queda da Libor

Uma economia de US\$ 350 milhões, em juros, no ano que vem.

O Brasil poderá economizar US\$ 350 milhões no início do próximo ano, graças à redução da taxa de desconto do Bank of England em 0,5% e à conseqüente queda, na mesma proporção, da taxa de juro básica de três influentes bancos londrinos. A previsão é de Sílvia Rodrigues Alves, chefe do Departamento Econômico do Banco Central.

De acordo com o BC, a taxa do euromercado tem para o Brasil maior significado que a *prime rate* (o juro preferencial dos bancos norte-americanos). Aliás, para conter as especulações negativas em torno dos efeitos da alta contínua da *prime* sobre o serviço da dívida brasileira, o banco informou que 70,8% dos compromissos do País tem base nos juros europeus.

Desde janeiro é a primeira vez que chega a notícia de redução das taxas internacionais — no período, a taxa do euromercado subiu de 10% para 12,75%, enquanto a *prime* norte-americana passou de 11% para 13% ao ano. A decisão dos bancos ingleses Wibland, Barclays e National Hestminster contraria a

tese prevalecente, até ontem, de que os juros tendiam a novas altas.

No primeiro semestre, o Bank of England elevou em 2% os seus juros básicos, diante das fortes pressões do dólar sobre as principais moedas européias. Agora, a decisão do Bank of England de reduzir a sua taxa em 0,5% deve levar todos os bancos de Londres a trabalhar com o novo patamar de juros básicos.

Nova missão

A nova missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) chega ao Rio no próximo domingo e inicia, no dia seguinte, a coleta de dados junto à Petrobrás, à Cacex, à Fundação Getúlio Vargas e à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para a montagem da sexta carta de intenções ao Fundo. Na terça-feira, a missão do FMI vai a Brasília e deve levar duas semanas para acertar o texto da nova carta e do memorando técnico de entendimento em anexo, com a revisão das metas originais para setembro dos principais indicadores da economia brasileira e ainda definir os critérios de *performance* para dezembro.

Mais uma vez, a missão terá

como chefe o diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI — o mesmo que foi escuraçado da Argentina pelo governo Alfonsín — o colombiano Eduardo Wiesner. Os demais membros da missão também são velhos conhecidos: o chefe da Divisão do Atlântico, Thomas Reichmann, e sua adjunta, Ana Maria Jul; o encarregado da subdivisão Brasil, Henri Ghesquière; os economistas Joris Buyse, também da Divisão do Atlântico, Roberto Sheehy e Aarno Liuksila, do Departamento de Câmbio e Relações Comerciais do FMI.

Para preparar o terreno da próxima etapa da renegociação da dívida brasileira, chegarão no próximo dia 20 os economistas do subcomitê de economia, Douglas Smee, do Banco de Montreal; Bryce Fergusson, do Citibank; James Nash, do Morgan Guaranty Trust; e Robin Chapman, do Lloyds Bank. Além de acompanhar a fase final dos trabalhos da missão do FMI, os economistas dos bancos pretendem atualizar o programa de ajuste interno e externo da economia brasileira, a ser entregue aos banqueiros no final do mês.

A certeza de que a inflação deste ano ficará próxima dos 211% de 1983 obriga o Brasil a rever as metas monetárias e os tetos nominais do déficit público. O Banco Central informou que a meta de fechar o ano com superávit real de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas globais do governo permanecerá em vigor. Por isso, com a folga nas metas do setor externo, o Banco Central manifestou a convicção de que o FMI não imporá maiores restrições à revisão dos tetos de setembro.

Na semana passada, o Brasil informou ao FMI, em Washington, sobre o estouro nas metas monetárias e apresentou argumento considerado convincente pelo Banco Central: o crescimento acelerado das reservas cambiais. Com a vinda da missão, o Brasil e o fundo devem acertar uma nova projeção inflacionária para o ano e definir as novas metas do orçamento monetário.

Ontem, o Banco Central informou que a folga no teto semestral do crédito interno líquido atingiu Cr\$ 1,5 trilhão — ficou em torno de Cr\$ 3 trilhões para a meta projetada de Cr\$ 4,55 trilhões, ao final de junho último.



Volcker: dívidas são uma ameaça.

Não há “solução milagrosa” para resolver o problema da dívida mundial e ainda se passarão “alguns anos” para que a situação se torne “normal”. Opiniões como essas marcaram, ontem, o depoimento de Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Board (o Banco Central dos EUA), perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes, em Washington.

Para o economista norte-americano, a questão da dívida mundial é uma ameaça à estabilidade financeira internacional. Mas ele não aceita a tese de que os países endividados devam unir-se para lutar por melhores condições de pagamento. Sua posição é que cada caso deve ser tratado em particular, num “esforço extraordinário de cooperação internacional”.

Volcker lembrou os resultados — segundo ele “impressionantes” — que alguns países vêm obtendo no controle de suas dívidas, citando nominalmente México, Venezuela, Iugoslávia e Hungria como aqueles que atualmente têm excedentes em suas contas. Em seguida, Volcker advertiu os países devedores contra o que chamou de “redução desproporcional” de suas importações, alegando que mantê-las num nível adequado é necessário para a estabilidade política e social.

Como exemplo do esforço que prega para solucionar a questão da dívida, Paul Volcker defendeu prazos maiores para o pagamento dos débitos dos países pobres. Embora ressaltando que sua audiência perante a Comissão de Relações Exteriores não tinha o objetivo de induzir o Congresso americano a adotar nenhuma medida a respeito, Volcker sugeriu que os EUA devem es-